



labrys, études féministes/ estudos feministas  
julho/ 2017- junho 2018 /juillet 2017-juin 2018

## **FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO EM TRÊS TEMPOS:**

### **Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais<sup>[1]</sup>**

**Flavia Rios (UFF) e Regimeire Maciel (UFABC)**

#### **RESUMO:**

O feminismo negro brasileiro transformou-se e tornou-se mais influente e diversificado nas duas últimas décadas. Um dos grandes desafios a ser enfrentado é compreender o sentido dessas mudanças na agência das mulheres em contraste com os diferentes contextos dos quais emergem e estão inscritas suas formas de agir. Com o intuito de examinar as transformações do feminismo negro, investigamos três gerações ativistas que coexistem na esfera pública atual, a saber: o movimento de mulheres negras; as negras jovens feministas e o feminismo interseccional. Analisamos redes de ativistas tradicionais e novas ativistas que reivindicam para si múltiplos pertencimentos identitários, status públicos como estratégias para a ação coletiva que podem ganhar, ou não, os espaços tradicionais do ativismo político, como as ruas ou as organizações civis. Para tanto, recorreremos à etnografia de eventos, à análise qualitativa de discursos e formas de agir das ativistas além de analisar entrevistas de algumas agentes públicas das três gerações, que se valem tanto dos recursos midiáticos e das práticas presenciais de encontros para a consolidação da rede de mobilização coletiva, como se apoiam no feminismo e no antirracismo como linguagem de contestação contra as múltiplas formas de opressão. Nessa perspectiva, a identidade coletiva assume caráter ambivalente, ora destacando o feminismo negro, ora propondo o feminismo interseccional, onde a posição geracional e o tema da sexualidade podem potencialmente ganhar maior espaço de interlocução na esfera pública.

**Palavras Chave:** Raça, Gênero, Geração, Desigualdade e Democracia.

## 1.0 - INTRODUÇÃO:

**Evento I:** No início de maio de 2015 na cidade de São Paulo, um grande instituto de cultura anunciou sua programação mensal, que incluía a obra “A Mulher do Trem”, da companhia teatral *Os Fofos Encenam*. Os jornais noticiaram que o espetáculo, encenado desde 2003 em diversas temporadas e festivais, pela primeira vez foi cancelado devido a manifestações de ativistas digitais que questionavam o teor racista da peça.

Jovens militantes negras acusaram a produção de perpetuar um estereótipo preconceituoso, resgatando o *blackface*, porque uma das personagens (a empregada doméstica) era interpretada por uma pessoa branca com maquiagem escura (preta), com traços exagerados, perfazendo de forma grotesca uma representação de mulher negra. Tal técnica projetava representação depreciada dos negros, criticada pelo menos desde meados do século XX, mas que ainda assim foi amplamente reproduzida não apenas no teatro e no circo, mas também na televisão e no cinema. Devido à polêmica, a apresentação teatral foi substituída por um debate sobre o uso do *blackface*. Centenas de pessoas, dentre elas ativistas de organizações reconhecidas, blogueiras negras, pesquisadores de universidades públicas, artistas e jornalistas, reuniram-se num encontro para debater o caso, mas, sobretudo para colocar em pauta o tema da representatividade e da representação negras na cena imagética brasileira. Na linguagem contenciosa dos ativistas, via-se a seguinte frase: “racistas NÃO PASSARÃO”<sup>[2]</sup>.

**Evento II** - Nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2009, na cidade de Salvador, no estado da Bahia, aconteceu o I Encontro de Negras Jovens Feministas, como resultado de uma articulação iniciada no contexto do *I Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe*, que ocorreu no Brasil, em 2005. Nesse encontro, reuniram-se cerca de cento e vinte jovens negras de todo o país, em sua maioria estudantes, com o objetivo de discutir políticas emancipatórias para mulheres a partir do enfrentamento do racismo e do sexismo.<sup>[3]</sup> Com uma ampla programação, o encontro contemplou discussões como: conjuntura política, feminismo negro e movimento de mulheres negras no Brasil, religião, cultura, segurança pública, corpo, afetividade, educação, sexualidade etc. Ao olharmos a programação do encontro, é possível dizer que a sua principal preocupação foi assegurar a discussão em torno de políticas públicas para mulheres negras no país, cujos resultados integrariam uma carta de princípios a ser entregue a instituições do poder público para que fossem pensadas ações para a juventude negra.<sup>[4]</sup>

**Evento III** – Foi num hotel na cidade de Valença, no Rio de Janeiro, no ano de 1988, que cerca de quatrocentos e cinquenta pessoas se reuniram no I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Antes dele, diversos encontros locais, estaduais e regionais tinham ocorrido, além de eventos feministas brasileiros e internacionais. Na cidade fluminense, no entanto, havia uma novidade: pela primeira vez na história do feminismo negro, mulheres organizadas em todas as regiões do Brasil se prepararam para participar e decidir coletivamente os rumos do movimento nacional de mulheres negras no país. Financiado por organismos e organizações não-governamentais, o encontro pautou temas como: educação, controle de natalidade,

prostituição, emprego doméstico, formas de organização coletiva, inserção em demais movimentos políticos, violência, alcoolismo e ancestralidade africana, além de sexualidade e prazer[5]. As feministas desse encontro se orgulhavam de apresentar uma diversidade ideológica, organizacional e regional internas, destacando-se a presença de mulheres de partidos políticos, de comunidades de base, de sindicatos, de grupos religiosos e, sobretudo, de diferentes organizações e coletivos de mulheres negras de diversas partes do país.

O que esses três eventos têm a nos dizer sobre os temas de raça e gênero e suas transformações na esfera pública do Brasil?

Em primeiro lugar, há distinções em termos do estilo de ativismo político contemporâneo que envolve simultaneamente raça e gênero enquanto categorias políticas contenciosas. Em segundo lugar, os eventos revelam facetas do ativismo de mulheres negras presentes no Brasil desde o processo de redemocratização do país. Em terceiro, o primeiro evento marca a intensificação e a importância dos meios digitais para a configuração do ativismo atual. O uso de tecnologia da informação como ferramenta de protesto político marca a especificidade dessas mobilizações coletivas, mas não explica sozinha a emergência da nova geração do feminismo negro. Além disso, as redes sociais aparecem como espaço de formação de comunidades políticas, cuja atuação não se restringe ao ambiente da internet. Não por acaso, muitos dos protestos que começam na internet podem ganhar outros espaços públicos, como o caso do evento I, que arrastou dezenas de ativistas, especialmente as mulheres negras jovens. Por sua vez, os eventos II e III indicam uma forte rede de articulação nacional e internacional densa e institucionalizada e, sobretudo, esforços direcionados para a formação e a organização políticas, seja via o feminismo e/ou o antirracismo.

Contudo, nem tudo é novo no feminismo negro contemporâneo. Sua amplitude, diversificação, descentralização e expressão digital talvez sejam as formas mais visíveis de sua performance na esfera pública, mas a longevidade, as bases organizacionais, a institucionalização e as redes centralizadas também marcam simultaneamente a contemporaneidade e a historicidade da mobilização das mulheres negras no país, entendida aqui como expressão de uma rede de ativismo político que integra os movimentos sociais brasileiros atuantes na sociedade civil, ininterruptamente, há quatro décadas.

Em perspectiva longitudinal, este artigo versa sobre as atuais transformações do feminismo negro no país, considerando a coexistência e as interações de três gerações de ativismo. As explicações estruturais para a formação dos três tipos de feminismos serão apresentadas, bem como as formas pelas quais se constituem as narrativas de apresentação de si, seja no sentido de dar unidade ao movimento, seja no sentido de mostrar suas peculiaridades e tensões internas.

Nessa ótica, o interesse desse artigo é investigar as razões da formação e as formas de ação coletiva de ativistas que se valem de múltiplas identidades sociais. Como estudo de caso, tomaremos os coletivos e organizações de mulheres negras, a exemplo do Geledés – Instituto da Mulher Negra, cuja atuação remonta ao processo de democratização do Brasil. A segunda experiência é a formação de uma rede de mulheres negras jovens feministas que se configurou na primeira década do século XXI,

exemplificada aqui pelos desdobramentos do I e do II Encontro de Negras Jovens Feministas e pela atuação da Associação Mulheres de Odun (AMO). Além desse ativismo, tomaremos como contraponto a formação de uma comunidade de ativistas interseccionais e seu encontro presencial chamado I Acampamento de Feminismo Interseccional, porque estas, além da dimensão do gênero e da raça, também acenam com maior destaque para a dimensão da sexualidade e da periferia como “lugar” da política.

Por se tratar de uma mobilização recente e com novas dimensões no Brasil, parece pertinente comparar repertórios de ação e de discurso da nova geração de ativismo, contrastando com as formas mais estabelecidas do feminismo negro que se formou no contexto de mobilizações contra o regime militar, bem como aquele que se constituiu no período do estabelecimento democrático. Tomaremos, portanto, três ciclos políticos distintos: o da redemocratização, o da pós-transição democrática e o da crise da democracia, enxergando essas configurações políticas como molduras nas quais emergem formas próprias de pensar e fazer política antirracista e feministas em conexão [6].

## **2.0- A formação e a institucionalização do movimento de mulheres negras no Brasil**

A mobilização autônoma de mulheres negras emergiu no fim da ditadura militar, no contexto do ciclo de protestos pelo retorno ao regime democrático, expandindo-se em todas as regiões do país no período conhecido como redemocratização, especialmente nos anos de 1980, quando houve o ciclo de mobilização pela reforma constitucional no Brasil (RIOS, 2017). Importante notar que esse movimento nasceu em interface com o movimento negro e com o movimento feminista (RODRIGUES e PRADO, 2010) numa rede de ativismo onde se compartilhavam repertórios de ação, mas também é possível identificar inovação em termos de linguagem política (TARROW, 2013) no feminismo negro.

Nacionalmente, esse ativismo se autodenominava movimento de mulheres negras e nas suas expressões locais e cotidianas automeavam-se coletivos de mulheres negras, mesmo que algumas dessas ativistas estivessem envolvidas na imprensa e em organizações centrais do feminismo ou do antirracismo brasileiro; já no plano internacional (RIBEIRO, 1995), trataram de formar redes densas, com destaque para as redes latino-americanas (ZAMBRANO-GONZALEZ, 2017).

Em ambos os casos, mantiveram uma identidade coletiva autônoma em relação ao feminismo e ao movimento negro. Entretanto, sustentaram forte interdependência política em relação às organizações feministas e antirracistas, além de outras bases como as eclesiais, as sindicais e as comunitárias. Nesse movimento de mulheres negras, que chamaremos aqui de clássico, destaca-se a luta pela cidadania civil alicerçada na luta pelos direitos sociais, as garantias para a liberdade e a igualdade das mulheres em suas clivagens étnicas e de classe, além de forte engajamento anticolonial. No entendimento de sua principal intelectual pública, Lélia Gonzalez, “*o feminismo deveria abrir mão do eurocentrismo em favor de um maior enraizamento nas realidades ameríndias*”.

As reivindicações dominantes entre os setores mais organizados e influentes

remetiam à redução das fortes e persistentes desigualdades de raça e gênero que incidiam sobre as mulheres não brancas em diferentes setores da vida social, em particular no mundo do trabalho, da educação e da saúde. Nesse contexto, os conflitos com o movimento feminista diziam respeito à sua adesão acrítica ao mito da democracia racial, ideologia de dominação socio-política e cultural, que dificultava o engajamento político em bases étnicas-raciais. Ao buscar construir outras representações de mulher, incluindo, as diferenças raciais e o legado de resistência durante a escravidão, o feminismo negro consolidou em favor de si a imagem da mulher negra guerreira, forte e corajosa, opondo-se à imagem conservadora do sexo frágil atrelada às mulheres brancas.

Apesar dos conflitos e identidades contrastantes, havia entre as feministas negras certo consenso de que a reconstrução da democracia no país passava pelo enfrentamento das desigualdades de raça e gênero, o que deveria ser realizado a partir de alianças políticas com os movimentos sociais feministas, negros, sindicais e até organizações partidárias. Afinal, se se disputava representações coletivas da sociedade dominante tida como tradicionalista, patriarcal, classista e racista, havia também o entendimento de que os caminhos para a transformação social passavam pela agência estatal. Tal entendimento gerou no processo de fortalecimento dessas organizações no espaço civil, com maior adesão à prática e à interação de caráter institucionalista em direção à esfera do Estado.

Em perspectiva histórica, durante os anos de 1990, esse ativismo passou por processos de formalização de suas organizações civis, muitas das vezes apoiadas por organizações internacionais. Além disso, houve um avanço importante no tocante à formação de redes transnacionais e suas relações com o Estado, especialmente com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR, e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ambas criadas em 2003. Num contexto de maior formalização dos movimentos sociais e seu processo de institucionalização tanto na esfera civil como na esfera estatal, as lideranças ligadas ao movimento de mulheres negras lograram apresentar-se como representantes legítimas em espaços executivos e consultivos do governo federal na primeira década do século XXI, atuando em conselhos específicos e setoriais em áreas estratégicas e mais porosas às reivindicações por igualdade racial e de gênero.

Com a crise política e destituição do governo de base popular e com estreito relacionamento com os movimentos sociais, as mulheres negras do ativismo tradicional ou clássico, assim como diversos tipos de ativistas perderam espaços no âmbito federal, mas buscaram manter espaços de atuação antirracista e feminista nas esferas locais. Na sociedade civil, militam em organizações específicas, mas também em organizações mistas; compõem espaços partidários e/ou de interação sócio-estatal, particularmente nas esferas estaduais e municipais. No Estado do Maranhão, por exemplo, uma liderança da organização Mãe Andreza preside o Conselho Estadual da Mulher; no Estado da Bahia, uma das integrantes do Fórum das Mulheres Negras foi nomeada Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres.

Além disso, continuam a atuar em redes transnacionais ou em organismos internacionais de Direitos Humanos: a título de exemplo, uma liderança da organização Criola, importante ONG carioca, atualmente está na direção da Anistia Internacional. Ademais, as redes de ativismo nacionais e transnacionais, como os

casos da Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil (ANMNB) e da Rede Afro Latino-americana e Caribenha, são influentes tanto nas articulações para mobilizações públicas, como nas ações coletivas mais institucionalizadas. A atuação política dessas mulheres envolve o tema da violência racial e de gênero, as desigualdades e tratamentos diferenciados nos serviços públicos, como as questões de saúde e de segurança pública, a intolerância religiosa, além das pautas feministas contra os retrocessos empreendidos no país desde o golpe constitucional de 2016.

Para além de suas articulações mais longevas e sólidas em termos organizativos, nota-se o empenho dessas mulheres para atrair e formar novas gerações de ativistas, especialmente no tocante à transferência intergeracional do legado do ativismo do feminismo negro. Não por acaso, em diversos espaços de mobilização política de rua ou em eventos mais circunscritos, percebe-se a presença e participação dessas gerações, a exemplo dos dois encontros de Negras Jovens Feministas, ocorridos em Salvador e em São Paulo, respectivamente em 2009 e em 2017, onde se fizeram presentes fundadoras e representantes de tradicionais organizações de mulheres negras como o Geledés, o Criola, Coisa de Mulher, dentre outras.

Em entrevista recente sobre o contraste entre as novas e as mais antigas gerações de feminismo negro no Brasil, uma entrevistadora da Revista Cult fez a seguinte questão para Sueli Carneiro: “quem são essas jovens negras?”. E sua resposta parece simultaneamente uma compreensão do seu tempo em comparação com o tempo vivido por jovens militantes. Sueli sabia nomear uma dúzia de jovens feministas que assumiram a responsabilidade de levar adiante o feminismo negro:

“[...] Porque até há uma década, nós as velhas feministas, nos reuníamos e falávamos: gente, mas cadê as jovens? Onde elas estão? Eu até escrevi um texto em que ofereço o nosso bastão e naquele momento não sabia para quem. Olhava pra trás e via a mesma velha companheira. Hoje as jovens pegaram o bastão e estão aí, no mundo. É uma coisa muito emocionante.”<sup>[7]</sup>

## **3.0 - Negras Jovens Feministas e Trajetórias de Mulheres Negras na Rede**

O I Encontro de Negras Jovens Feministas, ocorrido em 2009 na cidade de Salvador (Bahia), é expressão de um contexto social e político que contava com estruturas governamentais - relativamente consolidadas - responsáveis por pautar a questão racial e a questão das mulheres no Brasil. A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM), bem como do Conselho Nacional da Juventude

(CONJUVE) no âmbito federal, expressou, para essa geração de feministas, um conjunto de oportunidades políticas que permitiram a proposição de diversas demandas das mulheres negras jovens. Para Allyne Andrade<sup>[8]</sup>, no contexto da organização do I Encontro, o cenário político favorecia, inclusive, um diálogo com a agenda das organizações governamentais para a construção das atividades do evento. Essa interconexão fazia sentido também porque, segundo a entrevistada, a reunião de Salvador visava à criação de ações de mobilização locais, mas tendo em vista a implantação de políticas públicas orientadas pelas agências federais do Estado.

Nesse sentido, esse conjunto de jovens negras que aparecia na cena pública configura-se como novo sujeito político num contexto de significativa abertura para reivindicações de diferentes movimentos sociais no Brasil, em particular para a juventude. São a abertura e a articulação políticas que se desenvolveram a partir do início dos anos 2000, marcando um período de ampla incorporação de demandas sociais por parte do governo federal, principalmente, que fazem essa geração de ativistas apresentar características muito peculiares: são jovens universitárias que integram o primeiro grupo de estudantes cotistas<sup>[9]</sup>; são oriundas de vários territórios periféricos ou suburbanos do país; procuram demarcar seu espaço junto ao ativismo de mulheres negras e, conseqüentemente, obter reconhecimento ocupando lugares estratégicos em ambientes como o governamental e o acadêmico. Ao resumir a importância dessa ação política, o jornal desse primeiro encontro destaca:

“A postura política de autonomia e enfrentamento adotada pelas Negras Jovens no I Encontro Nacional de jovens feministas gerou tensões que desafiaram as jovens feministas a refletir a diversidade e as desigualdades do movimento feminista e de juventude. As Negras Jovens trouxeram elementos provocativos ao debate que revelavam a omissão histórica do feminismo com a luta de combate ao racismo e reclamavam outra atitude e relação entre mulheres que se pautasse pela solidariedade e responsabilidade com a libertação de todas as mulheres, porque a luta feminista pela emancipação das mulheres é e deve ser uma luta contra toda a forma de opressão que limite a liberdade e a autonomia das mulheres.”<sup>[10]</sup>

O encontro de Salvador, dessa forma, além de debater omissões e desigualdades geracionais e regionais, pretendeu estimular a construção de práticas para o fortalecimento da luta feminista a partir de referenciais marcados por essa nova geração fortemente pautada pelo Estado. Ademais, desatacamos que as ações desse evento na capital da Bahia repercutem para além daquele período e a geração ali reunida também passa a se expressar por meio de iniciativas civis autônomas, como as empreendidas pela Associação Mulheres de Odun (AMO), organização de jovens mulheres negras oriundas de diferentes partes do país, cuja a sede se localiza em São Paulo.

Esta organização desenvolve projetos de formação coletiva em torno das questões de raça, gênero e sexualidade, como o curso a distância “Produção Intelectual de Mulheres Negras”, cujo objetivo é narrar e popularizar as lutas e desafios das mulheres negras ao longo da formação histórica e social brasileira. A AMO foi constituída em 2010 e sua atuação tem como eixo fundamental o desenvolvimento de estratégias capazes de “empoderar mulheres negras” e suas experiências em diversos espaços da vida social. Nas palavras da própria associação, sua missão é:

“Construir caminhos para acesso aos bens culturais por meio do empoderamento e instrumentalização de mulheres negras para elaboração e desenvolvimento de ações e metodologias estratégicas que possam propiciar melhores condições de vida à população negra, inspirados nos princípios feministas de equidade, pluralidade e solidariedade.”<sup>[11]</sup>

Dessa forma, a atuação da geração de mulheres negras que se organizam a partir de meados dos 2000 tem a formação coletiva como instrumento indispensável para a construção das suas lutas. Este talvez seja o principal elemento aglutinador desse grupo de mulheres e, nesse sentido, a questão educacional - encarada como eixo estratégico - objetiva agregar à escolarização formal aspectos marcantes das trajetórias de cada integrante. Por conta disso, os encontros, reuniões e cursos tornam-se processos de trocas e fortalecimento coletivo.

Nesse sentido, é possível afirmar que os interesses e objetivos da AMO, especialmente ao propor e executar o curso “Produção Intelectual de Mulheres Negras” – que vem promovendo trabalhos dessa natureza desde 2010 –, estão pautados pelos resultados das discussões do I Encontro de Negras Jovens Feministas: o questionamento do lugar historicamente destinado às mulheres negras nas narrativas e práticas cotidianas e a construção de novos referenciais para nortear a prática política a partir do pensamento e reflexões feministas e antirracistas, marcadas pelas conquistas legais dos movimentos sociais e pela valorização do conhecimento produzido dentro e fora da acadêmica, como os terreiros, as comunidades tradicionais e os demais saberes produzidos em espaços não hegemônicos.

A terceira edição do curso (2015) contou com mais de cinco mil inscrições. O fato de o curso ser a distância pode ser um importante indicativo dessa alta procura, pois mesmo sendo ofertado apenas para o estado de São Paulo, recebeu inscrições de várias regiões do país. Mas, parece-nos, a princípio, que são os objetivos do curso que chamaram atenção das/dos interessadas/os em realizá-lo e, nesse sentido, a possibilidade de discutir a trajetória de mulheres negras invisibilizadas pela história oficial pode ser tomado como ponto central desse aspecto. Formulados na edição piloto de 2009, os objetivos foram se ampliando e na edição de 2015 ganharam o reforço de novas referências biográficas, além de destacarem a necessidade das/dos cursistas refletirem suas próprias realidades à luz das trajetórias trabalhadas.

Do ponto de vista do conteúdo, o curso foi iniciado com a discussão da grandeza e importância das rainhas africanas, das mulheres negras que fortaleceram a luta nos quilombos, de outras que aproveitaram o espaço religioso para preservar crenças e conhecimentos ancestrais e daquelas que fizeram das diversas formas de trabalho instrumentos para lutar por uma vida digna. Ele seguiu abordando alguns aspectos da história brasileira, discutindo, por exemplo, a luta pela sobrevivência das mulheres negras no contexto após a abolição, apontando como essas mulheres desempenharam inúmeras funções no trabalho doméstico, como algumas desafiaram valores e imposições da sua época e se lançaram em espaços exclusivamente ocupados por homens. Outro momento significativo da abordagem trazida pelo curso foi o destaque dado ao processo de organização da luta das mulheres negras – via espaços próprios – ao não se conformarem com a indiferença das organizações feministas e negras às suas especificidades. Para cada momento desses, foram destacadas a

experiência de vida e a produção intelectual de mulheres negras nem sempre presentes nas versões elaboradas sobre a história do Brasil. Executado na plataforma de educação a distância MOODLE, o curso “Produção Intelectual de Mulheres 2015” selecionou 600 cursistas de um total de 5.115 inscritos, que foram distribuídos em doze salas e eram acompanhadas/os diariamente por seis tutoras.

Quando passamos a analisar o perfil das pessoas inscritas no curso (tabela 01), percebemos que mais de 86% eram mulheres, 71,45% se declararam heterossexuais, 47,50% eram negras/os e 82,17% cursavam ou possuíam nível superior.

**Tabela 1 – Inscrições no curso Produção Intelectual de Mulheres Negras<sup>[12]</sup>**

<b>Origem</b>	<b>Sexo</b>	<b>Orientação sexual</b>
São Paulo 2194	Homens 403	Heterossexual 3655
Outros estados 2921	Mulheres 4439	Bissexual 500
Total 5115	Outros 15	Homossexual 42
		Lésbica 121
		Gay 22
		Outros 192

\*Negros foi uma categoria adotada pelas organizadoras do curso no questionário de inscrição, não correspondendo necessariamente ao somatório das classificações (preto e pardo), tal como formuladas pelos censos e pesquisas oficiais brasileiras, tampouco podem ser entendidas exclusivamente como aqueles que se autonomariam pretos nos questionários padronizados do Brasil. Note-se que todas as categorias apresentadas no quadro são idênticas às formuladas pelas organizadoras do curso.

FONTE: Elaboração a partir do Banco de dados da Associação Mulheres de Odun (2014-2015).

Na análise das questões abertas, a maioria das pessoas inscritas disse que ficou sabendo do curso via redes sociais ou por meio de sites de organizações culturais ou educativas. De todo modo, foi a internet a principal ferramenta de divulgação do curso, e aliado ao fato de ele se desenvolver a distância, esse aspecto reforça a nossa compreensão de que as principais bandeiras de luta das organizações de mulheres negras no Brasil - o combate ao racismo e ao sexismo - passam a contar a partir da última década com estratégias que podem ser formuladas e consolidadas no plano das novas tecnologias de informação, com destaque para as mídias sociais.

As ações da Associação Mulheres de Odun dentro das chamadas novas redes de comunicação e interação podem ser tomadas, a exemplo de outros coletivos e organizações, como formas alternativas de ampliação do seu espaço de visibilidade e atuação. Porém, talvez seja importante ressaltar que a internet pode ser veículo de mobilização e ação não apenas porque se “oferece” a isso, mas também porque o contexto cultural e político das sociedades contemporâneas exige dos movimentos sociais novos caminhos para sua manutenção e fortalecimento, mesmo que muitas

demandas permaneçam as mesmas de décadas passadas.

Assim, o que resume as ações empreendidas no âmbito do I Encontro de Negras Jovens Feministas em 2009 e a atuação da Associação Mulheres de Odun a partir de 2010 é o espaço estrategicamente construído por essas jovens mulheres negras entre o legado do feminismo negro clássico - no que diz respeito à ampliação da conquista no campo das políticas públicas - e a geração atual que organiza pautas diversificadas e tem as redes sociais como campo privilegiado para visibilidade e construção das mesmas. Portanto, as mulheres da segunda geração, ao procurarem demarcar sua atuação, não ignoraram as condições do seu tempo, tampouco os avanços muito intimamente ligados às ações e disputas empreendidas em décadas anteriores. Ao mesmo tempo, é essa segunda geração, auto declarada feminista, que abre caminho para a ampliação do uso das ferramentas virtuais no campo das lutas envolvendo as questões de gênero, raça e geração.

## **4.0 – As redes Sociais e o Feminismo Interseccional**

A interseccionalidade não é apenas uma ferramenta política ou um conceito útil nas ciências sociais e jurídicas. Na verdade, trata-se de uma categoria que passou a ser usada por agentes sociais para nomear sua apresentação pública. Como identidade coletiva, ela surge no Brasil junto às novas coletividades antirracistas e feministas que atuam na interface entre as redes digitais e as ruas. Não é raro no Brasil de hoje coletivos feministas periféricos ou universitários aderirem à interseccionalidade enquanto nome social. Para efeitos analíticos, tomaremos uma etnografia do “I Acampamento de Feminismo Interseccional” como referência para analisar os discursos e práticas dessas militantes.

Realizado em São Paulo em 2015, esse encontro contou com cerca de 300 mulheres, e foi organizado por uma rede de ativismo que se autodenominava feminismo interseccional e é composta, em sua maioria, por mulheres negras, jovens, na faixa etária de 20 a 30 anos. Trata-se, de maneira geral, de um grupo de jovens feministas que atua fortemente nas redes sociais, que lhes serve como espaço comunitário de troca de experiências, informações e ideias, tornando-se assim ambiente de formação de identidade coletiva, além de ferramenta para projeção de objetivos e construção de formas para atuação política. Embora a base dessa rede se constitua no ambiente virtual, as ativistas também promovem encontros presenciais, como o destacado, onde discutem problemas relacionados ao racismo, ao machismo, à homofobia, e especialmente à transfobia e à questão da visibilidade lésbica.

Em sua primeira atividade de abrangência nacional, as ativistas definiram-se da seguinte forma:

“Somos uma frente de mulheres mães, negras, indígenas, lésbicas, bixessuais, periféricas, acadêmicas, organizadas e autônomas e defendemos o feminismo interseccional, que parte da complexidade de pensar a mulher a partir do gênero,

raça, classe e orientação sexual

‘ (Apresentação do Caderno do I ACAMPA Intersec, 2015).

Os principais referenciais teóricos e de prática de ativismo das feministas interseccionais vêm do ativismo de mulheres negras brasileiras e, especialmente, do feminismo negro norte-americano, além dos estudos pós-estruturalistas, com destaque para Judith Butler, esta especialmente para pensar o tema da performance de gênero. Das tradições do hemisfério norte e dos trópicos, a rede interseccional toma como legado a proposta de formação de uma identidade política baseada na intersecção de raça e de raça , buscando dar visibilidade às mulheres negras como sujeitos coletivos de direitos, garantindo espaço e voz para as mulheres lésbicas e transexuais, sem excluir as mulheres brancas. No que tange à sexualidade, além do destaque temático, há nesse empreendimento a visibilidade e a consagração de mulheres cujas orientações são homoafetivas, perfazendo não apenas múltiplas identidade de gênero, como atrelando-as à linguagem e a performance política do feminismo atual.

A visibilidade pública e a luta por reconhecimento (FRASER, 2001) desse grupo social é uma das bandeiras que é compartilhada pela geração mais antiga e a geração mais recente de feministas negras. Não por acaso, numa das mesas de debate do acampamento interseccional, foram convidadas Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro[13]. A primeira tratou de mostrar às novas ativistas as experiências e os legados intelectuais e políticos da sua geração, enquanto a última apresentou a forma como vinha conduzindo seus estudos acadêmicos acerca das intelectuais negras e brancas que produzem reflexões críticas ao feminismo, especialmente no que toca à raça e à sexualidade. Nota-se, ademais, marcação da trajetória e experiência pessoal da segunda, em contraste com a referência quase sempre coletiva da primeira: de um lado, o uso da primeira pessoa no plural (pronome “nós”); do outro, o uso da primeira pessoa no singular (pronome pessoal “eu”). Para a geração de Carneiro, falar no singular não seria suficiente para abarcar a construção coletiva e organizacional das mulheres negras; já para a geração de Ribeiro, a escrita na primeira pessoa embora singularize sua individualidade seria também forma de expressar uma experiência coletiva . Seja como for , os recursos de apresentação não são tomados aqui em perspectiva valorativa, mas sim como expressões de estilos distintos de argumentação que parecem marcar uma das principais diferenças entre essas duas gerações de intelectuais públicas.

Além dos aspectos distintos encontrados entre as gerações tradicional e mais recente do feminismo negro no tocante à forma como atuam publicamente, cabe destacar que elas vivem em conflito com o que chamam de “feminismo branco”. Entretanto, apesar das divergências, as feministas negras da atualidade defendem as pautas clássicas do feminismo no Brasil, como a luta pela legalização do aborto e pelos demais direitos sexuais reprodutivos, mas, no bojo dessas reivindicações, assumem também as especificidades políticas e discursivas das mulheres negras, destacando as desigualdades enfrentadas por esse segmento populacional em vários campos da vida, como o da saúde, em que recebem tratamento diferenciado tanto no acesso como no atendimento nas unidades básicas de saúde.

Pelas rejeições ao eurocentrismo no pensamento feminista e pelos processos de

silenciamento intelectual nas universidades, as feministas negras têm se esforçado para dar visibilidade aos trabalhos de intelectuais brasileiras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Do feminismo norte-americano, as feministas interseccionais valorizam os trabalhos e escritos de Sojourner Truth, bell hooks, Patrícia Hill Collins e Angela Davis. Contudo, as autoras que realmente parecem ganhar centralidade na produção dessas ativistas são Audre Lorde e Kimberlé Crenshaw. Da primeira autora, retiram a dimensão da sexualidade, em particular das identidades não heteronormativas; enquanto que da segunda inspiram-se propriamente no conceito de interseccionalidade, para quem tal noção poderia ser assim definida:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002:177).

Todavia, não somente os eixos de opressão são temas dos discursos das feministas interseccionais, mas, sobretudo, a dimensão da identidade coletiva. Nesse sentido, a interseccionalidade na rede feminista analisada está relacionada diretamente à construção identitária. Importante notar que nessa rede há uma preocupação em remontar o legado dos movimentos feministas já existentes na cultura nacional há algumas décadas, dando destaque para o feminismo negro brasileiro e o norte americano, para a interlocução com grupos de mulheres lésbicas e trans, além do maior enraizamento nas comunidades e espaços de periferia. Um dos destaques importantes do acampamento interseccional foi a mesa de debates com Amara Moira, que tratou dos desafios das identidades públicas de gênero em espaços institucionais como a academia. Uma lógica argumentativa ecoava na retórica daquela coletividade, qual seja: era preciso marcar a dimensão interseccional das relações de opressão social, sem subordinar seus principais eixos: raça, classe, gênero, sexualidade, condição periférica (esta entendida enquanto territorialidade).

Jéssica Ipólito<sup>[14]</sup>, ao ser questionada sobre como poderia definir o grupo ao qual pertence, afirma que elas são “feministas negras, com uma prática interseccional”, que lutam contra o racismo, contra o patriarcado e pelo protagonismo das mulheres negras, sempre preocupadas com a questão da sexualidade. Focada na necessidade de emancipação das mulheres negras, a atuação dessas ativistas parte de um ponto de vista que toma a interseccionalidade como instrumento que permite a incorporação de demandas ainda negligenciadas ou que foram insuficientemente trabalhadas pelas gerações anteriores. Todavia, não é possível dizer que se trata da construção de práticas inteiramente desvinculadas das questões empreendidas por feministas de outras gerações ou perspectivas. Por exemplo, ao abordar aspectos da sua trajetória na militância feminista, a entrevistada destaca tanto a importância de ter integrado grupos do chamado feminismo branco, quanto a experiência acumulada no contexto de construção de espaços de articulação como a Marcha Mundial de Mulheres e as comemorações do “20 de Novembro” no Brasil, ou mesmo a construção da Marcha Nacional de Mulheres Negras.

A formação de redes de feminismo interseccional como a analisada aqui exige,

certamente, um olhar atento para as distintas ondas de mobilização de mulheres negras no Brasil. Parte do feminismo negro parece encontrar na interseccionalidade um caminho não apenas para a incorporação de outros eixos de opressão, mas também um espaço para permitir às suas integrantes o trânsito num contexto político que abriga diversas vertentes responsáveis pela caracterização da mobilização de mulheres negras. Medeiros, ao investigar grupos feministas na Zona Leste da cidade de São Paulo, destaca a centralidade da questão racial e a diversidade conceitual e política que marcam esses novos espaços, muitos dos quais criados depois da chamada jornada de junho:

“Nossa análise das entrevistas com os coletivos de jovens evidenciou como seus discursos e práticas concebem ou conceitualizam a conexão entre gênero, raça e classe: seja na recusa teórica do feminismo em prol do mulherismo africana, seja na defesa de um feminismo negro com fundamentos teóricos (como a interseccionalidade), seja na reivindicação de um feminismo negro com base nas experiências e vivências cotidianas das próprias mulheres negras, ou até mesmo na formulação ampla de um feminismo periférico que, mesmo sem buscar rupturas com o movimento feminista tradicional, já não repete de modo algum a invisibilização da questão racial no interior da situação social das mulheres periféricas.” (Medeiros, 2016, p. 26)

Para o autor, a forma como a questão racial passa a integrar todos esses espaços é marcante, uma vez que se faz presente não apenas em coletivos de mulheres negras, mas também em coletivos mistos e não negros. Destaque-se, nesse trabalho, o vínculo entre a questão da periferia, da racialidade e do feminismo. Além disso, acrescentaríamos, a partir da sua investigação e dos aspectos tratados anteriormente, que a centralidade da questão racial não se dá somente porque ela passa a integrar a agenda dos grupos sob diversas perspectivas, mas também porque ela está diretamente relacionada à construção coletiva das mulheres que protagonizam esses movimentos; ou seja, pelas lentes do pesquisador, mulheres negras têm construído suas identidades nas periferias em seus locais de moradia e de sociabilidade, e não apenas nas proximidades dos centros universitários, como se via antes nos feminismos dos ciclos anteriores. Ainda que pesem os esforços durante a democratização de coletivos de mulheres negras, como o NZINGA, que atuaram fortemente em territórios periféricos, como os morros e favelas

Nas entrevistas que realizamos para esta pesquisa, as jovens ao serem questionadas sobre os contrastes entre gerações mais recentes das feministas negras e/ou interseccionais, que integraram o I e o II Encontro de Negras Jovens Feministas (2009 e 2017, respectivamente), ressentem-se da baixa presença de famosas ativistas digitais na construção coletiva de marchas, encontros e organizações negras ou até mesmo de coletivos políticos. Além disso, notam que entre as novíssimas gerações há novas demandas, que eram menos relevantes nas agendas anteriores. Para elas, as reivindicações por debates em torno de temas como afetividade, colorismo, sexualidade e novas formas de cuidado e de apresentação de si (como o debate da fragilidade em contraste com a construção subjetiva da força das mulheres negras, ou mesmo a consolidação do feminismo enquanto status público da identidade coletiva) parecem marcar uma nova guinada nas subjetividades negras contemporâneas, relativamente estranhas e até contrastivas às das duas gerações

mais antigas na cena pública.

#### 4.0. Feminismo negro em contraste

Já são bem conhecidas da produção acadêmica a formação e o desenvolvimento do feminismo negro emergente no contexto de democratização (CALDWELL, 2007). Contudo, a literatura diz muito pouco dos desdobramentos civis e estatais desse ativismo na virada do século XXI em diante. Menos ainda se tratou das novas gerações das mulheres negras em movimento e em redes. Por fim, não existem no Brasil trabalhos que tenham realizado a articulação entre essas três gerações de ativismo político em diferentes ciclos políticos, quais sejam: a redemocratização, o estabelecimento democrático e a crise da democracia. A literatura atual ou naturaliza as continuidades políticas ou tende a evidenciar uma ruptura drástica entre o feminismo de segunda e terceira gerações e as novas coletividades interseccionais. Com o objetivo de mostrar mudanças e permanências do feminismo negro, esse artigo buscou analisar as trajetórias, discursos, perfis e tensões fundamentais dessas expressões políticas e culturais da cena pública brasileira, identificando seus principais avanços, desafios e conflitos.

O feminismo negro clássico mantém-se ativo na esfera pública brasileira influenciando a opinião pública e disputando narrativas políticas. Um dos principais exemplos dessa atuação talvez seja o portal da organização Geledés-Instituto da Mulher Negra, local onde se pode identificar as três gerações de ativistas, com escritos sobre arte, questões políticas, crítica literária, narrativas pessoais (especialmente em casos de violência ou de como viver sexualidades com ou sem rótulos identitários) etc.

É também certo que o legado discursivo “o pessoal é político”, da segunda onda do feminismo mundial, faz-se presente na forma e no conteúdo da produção textual e imagética das feministas negras da novíssima geração. Isso é ainda mais forte na atualidade do que fora no passado, quando os textos das feministas negras tradicionais assumiam a dimensão da análise e denúncia das desigualdades expressas estatisticamente ou em narrativas de casos públicos, pois mais raramente casos pessoais eram narrados na primeira pessoa do singular em periódicos da imprensa negra, feminista ou mesmo do feminismo negro<sup>[15]</sup>.

É possível supor que a maior adesão às narrativas pessoais entre as gerações mais jovens seja explicada, em partes, pela influência do feminismo negro norte-americano, no qual as narrativas autobiográficas fazem parte da sua tradição escrita desde, pelo menos, o abolicionismo, além disso é possível conceber a influência do suporte das redes sociais, que trazem a linguagem pessoal como sua característica dominante para conferir autenticidade ao discurso e dar o estatuto de verdade frente aos integrantes das comunidades virtuais. Sem contar, em termos mais gerais, o impacto das reivindicações em favor da subjetividade, marcada pela centralidade conferida pelas novas gerações à afetividade como componente fundamental da economia política.

Como vimos, durante o processo de institucionalização do feminismo negro brasileiro emergiu um novo ciclo de ativismo, protagonizado pela presença das negras jovens feministas negras, que atuaram em franca articulação com

organizações estrangeiras e também com esferas estatais ligadas à igualdade de gênero, raça e juventude. Essas jovens feministas já se valiam da internet como meio de mobilização. Contudo, seu perfil de atuação não diferia muito do ativismo de mulheres negras do contexto da democratização, uma vez que ainda mantinham grande parte do seu repertório de discurso e moviam-se em espaços políticos – via ONGS, conferências e espaços de mediação sócio-estatais - construídos pelo movimento de mulheres negras organizado nesse período. Em síntese, prevalecia nelas o caráter institucionalista dos movimentos sociais emergentes do contexto destacado, assim como uma subjetividade marcada pela “ethos guerreiro” das mulheres negras. No entanto, as jovens ativistas introduziam a dimensão geracional como componente identitário, até então ausente no ativismo clássico de mulheres negras.

Outra característica marcante das negras jovens feministas é o seu vínculo com as universidades privadas e públicas do Brasil, onde formam parte de seu público e onde está a base social da sua atuação. Assim, em certa medida, sua emergência também pode ser explicada pelo processo de democratização do acesso ao ensino superior, que alterou o perfil do quadro discente, particularmente após a implementação das cotas raciais nas instituições públicas e das bolsas para ingresso e manutenção nas instituições privadas. Nesse contexto, nota-se a emergência da categoria juventude como identidade fortemente vinculada às agências estatais. Por essas razões, é possível falar diretamente de transmissão intergeracional do feminismo negro, tal como pensado por Gonçalves (2016) ao tratar desse fenômeno no campo feminista.

Na terceira e novíssima geração de ativismo, marcada pela emergência do feminismo negro e interseccional enquanto identidades coletivas intercambiáveis, especialmente com o lugar ocupado pelas redes sociais no contexto das grandes mobilizações ocorridas no Brasil em 2013, nas chamadas jornadas de junho, uma nova rede de ativistas passa a atuar fortemente valendo-se preferencialmente da internet como ferramenta de circulação de informação e de mobilização coletiva contra situações de violência (física ou simbólica) que envolvem as dimensões de raça, gênero e sexualidade, principalmente. Há de se notar que o discurso com referências à periferia ganha mais destaque na articulação dessas mulheres, conforme notou Medeiros (2018), bem como a centralidade da raça nas percepções das desigualdades de gênero, tal como foi assinalado por Alvarez (2014), que destacou maior influência do feminismo negro nos discursos entre feministas em comparação com as gerações anteriores.

Em que pese essas conquistas, os desafios para o feminismo atual estão atrelados às abertas reações conservadoras contra a expansão dos direitos das mulheres e dos negros no Brasil contemporâneo. Sueli Carneiro, ao caracterizar o atual contexto de atuação das novas gerações de ativistas negras, nota como traço dominante da conjuntura a perda de hegemonia do racismo cordial nas relações sociais, por um lado, e a crítica às formas de representação política legadas do ciclo político da redemocratização, por outro:

“Porque as relações raciais já não estão mais protegidas pela etiqueta que as governou sob o paradigma do mito da democracia racial. O agravamento desse cenário na direção de um racismo cada dia mais explícito e violento, que está aí se

anunciando no horizonte das novas gerações, vai exigir novas propostas de organizações políticas para o seu enfrentamento, em um cenário adverso de perda de credibilidade das formas mais tradicionais de organização política.” [16]

Da crítica atual às formas organizacionais clássicas decorre tensões e conflitos latentes no feminismo negro. Se por um lado, as redes digitais têm sido espaço de experimentação do novo ativismo, que disputa e rejeita estereótipos tradicionais e busca formas mais diversificadas de representação de si, por outro, encontram maiores dificuldades para gerar formas organizacionais mais sólidas ou redes de solidariedade social mais cristalizadas institucionalmente. Tendem a formar agentes midiáticos, porém com pouca adesão às velhas ou às novas formas de organização políticas. As figuras das mídias sociais, as influenciadoras ou ativistas digitais, paradoxalmente, forjam novas formas de ativismo marcadas por likes e seguidores, com pouco ou nenhum espaço para a construção coletiva de base e projetos comuns, exigências para projetos políticos de transformação social.

Por sua vez, como conquista da coexistência desses feminismos ao longo e entre os tempos, percebe-se que a difusão do discurso antirracista e feminista tem ganhado força por meio do intenso ativismo, cuja atuação expandiu-se das esferas públicas alternativas, ligadas a movimentos sociais; passou por um processo de institucionalização via Estado - especialmente nas décadas de 1990 e mais notadamente depois da conferências de Durban, em 2001- e atualmente, tem conseguido maiores espaços no mercado, especialmente nos meios de comunicação sobretudo pela performance e estilo das mais jovens. Aí talvez resida um dos seus desafios inéditos.

Essa nova geração parece impactar mais o mercado e as relações de consumo do que as gerações anteriores, já que possuem mais potencial de influenciar opiniões, estilos de vida e comportamentos. Demonstração disso é o fato de empresas e meios de comunicação passarem a veicular imagens de militantes famosas nas redes sociais associadas a produtos e materiais ligados ao mundo do turismo, da moda, da beleza etc. Ao que parece, uma dessas novidades é a construção de “celebridades negras” formadas e construídas pela sua credibilidade e legitimidade no mundo das redes do ativismo, e não o contrário [17]. Não só certas personalidades são apropriadas pelo mercado, mas certos tipos de expressão estética, de gosto e estilo de vida são reconvertidos em formas mercadológicas, cujos resultados acabam por criar e ampliar o mercado consumidor de bens originalmente políticos, agora peças publicitárias que ganham alguns setores do mercado e alteram em parte o gosto quase exclusivamente voltado para o público branco.

Sobre essa novíssima geração paira o legado político do feminismo negro clássico, bem como a nova configuração da direita organizada e das demais forças conservadoras que lutam abertamente para barrar as conquistas sociais e os avanços da democratização social e educacional que o país alcançou nas duas últimas décadas, também com a participação do ativismo das mulheres negras. Note-se, por fim, que a divisão analítica das três gerações de ativistas não nega a coexistência temporal e até espacial das feministas negras aqui analisadas. Ao contrário, observou-se que o tempo social, não apenas o cronológico, forjou certas configurações políticas, econômicas e culturais, a partir das quais emergiram diferentes perfis e estilos de ativismos, que se estranham e se reconhecem na esfera

pública num Brasil em contexto de crise.

### **Referências bibliográficas:**

- ALVAREZ, Sonia 2014. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu, Campinas, n. 43, p. 13-56, jul./dez.
- CARNEIRO, Sueli.2003. Enegrecer o feminismo. A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In (org.). Racismos contemporâneos, Ed. Takano. Rio de Janeiro.
- CALDWELL, KIA Lilly 2007. Negras in Brazil.Rutgers University Press, New Brunswick, New Jersey, London.
- CRENSHAW, Kimberlé 2002. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. In: Rev. Estud. Fem. [online]. vol.10, n.1, pp. 171-188.
- DOMINGUES, Petrônio 2007 . Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. Cad. Pagu [online]. n.28, pp.345-374.  
..
- FIGUEIREDO, Angela.2002. “Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada”: Identidade, Consumo e Manipulação da Aparência entre os Negros Brasileiros” Paper apresentado na ANPOCS. Link <https://www.anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt17-14/4475-afigueiredo-cabelo/file>
- FRASER, Nancy 2001. “Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea”. In: Revista Intersecções, RJ, UERJ. Ano 4, n. 1, 7-32.
- GONZALEZ, Catalina Zambrano 2017. Mulheres Negras em Movimento: Ativismo transnacional na América Latina. Tese de Sociologia-USP, São Paulo.
- GONZALEZ, Lélia 1983. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. ANPOCS, CAXAMBU.
- GONÇALVES, Eliane 2016. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. Revista Brasileira de Sociologia, Vol. 04, No. 07 .
- MEDEIROS, JONAS 2016. Feminismo Periférico na Zona Leste de São Paulo: a centralidade da questão racial para o ativismo de mulheres jovens. Paper apresentado na ANPOCS.
- HIRATA, Helena 2014. Gênero, Classe e Raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1.

SOUZA, Nelson Rosário 2015. Aculturação e identidade: o caso do seriado 'sexo e as negas'. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio).

SANTOS, Jocélio Teles 2000. O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. Estud. afro-asiát. no.38 Rio de Janeiro.

SCHUMAHER, Schuma;BRAZIL, Érico Vital. 2007. Mulheres Negras do Brasil, São Paulo. SENAC.

SILVA, Gleicy Maill 2017. Empreendimentos sociais, negócios culturais: uma etnografia das relações entre economia e política a partir da feira preta de São Paulo. Tese de doutorado em Antropologia/ USP.

SOTERO, Edilza 2015. Representação Política no Brasil Pós-Estado Novo. Tese de Doutorado/USP, São Paulo.

RIBEIRO, Matilde 1995. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. Revista Estudos Feministas, 2, 446-457.

RIBEIRO, Djamilia 2017. O que é lugar de fala? Editora Letramanto/Justificando, São Paulo, 2017.

RIOS, Flavia 2017. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. BLAY, Eva; AVELAR, Lucia (ORGs). In 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo. Edusp.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana; RANGEL, Patrícia 2017. Paradoxo da Igualdade: gênero, raça e democracia. Ciência e Cultura, v. 69, p. 39-44.

RODRIGUES, Cristiano. & Prado, M. A. M. (2010) "Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro". Psicol. Soc. vol.22 no.3 Florianópolis.

TARROW, Sidney (2013). The Language of Contention. Cambridge University Press.

XAVIER, Giovana (2016). A hora da estrela: Maria de Lurdes Vale Nascimento e as amigas leitoras do Jornal O Quilombo (Rio de Janeiro, 1948-1950). In Pensadores e Pensadoras Negras. Orgs Magalhães e Chalhoub. Editora UFRB/ Traço fino

### **Fontes documentais de pesquisa:**

Folder do I Acampamento de Feminismo Interseccional, 19-20 de setembro de 2015.

Site da Associação Mulheres de Odun: <https://comunicaamo.wordpress.com/about>

I Encontro de Negras Jovens Feministas. In: Fanzine Negras Jovens Feministas - número 2, novembro de 2009, Salvador (Bahia-Brasil).

Entrevista com Sueli Carneiro. “Raça estrutura classe no Brasil” na Revista CULT, número 223, ano 20, maio de 2017.

Prêmio Mulheres Negras Contam a sua História. Secretaria das Mulheres, Brasília, 2013.

NZINGA Informativo, Número. Número 1.

Sobrevivente, testemunha e porta-voz. Entrevista realizada com Sueli Carneiro, Revista cult, em 09 de maio de 2017. Acessada em <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>

### **Nota biográfica:**

**Flavia Rios** é Professora de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) . Regimeire Oliveira Maciel é Doutora em Ciências Sociais; professora do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC.(UFABC)

### **Notas**

[1] Versões parciais desse trabalho foram apresentadas nos seguintes eventos: SBS (Porto Alegre, 2015); Seminário 50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile (São Paulo, 2016); ANPOCS (CAXAMBU, 2017); II Encontro Nacional da Juventude (Belo Horizonte, 2018).

[2] Ver notícia veiculada na imprensa: <https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/peca-em-sp-cancelada-para-dar-lugar-debate-sobre-uso-de-blackface-16056539>.

[3] Fanzine Negras Jovens Feministas - número 2, novembro de 2009, Salvador, Bahia- Brasil.

[4] Entre os 06 e 10 de setembro de 2017, em Capela do Alto-São Paulo, foi realizado o II Encontro de Negras Jovens Feministas.

[5] Informações extraídas dos relatos escritos por organizadoras e participantes do I Encontro Nacional, publicados no NZINGA, N. 5, 1989.

[6] Agradecemos a Allyne Andrade, da associação Aqualtune (São Paulo); Antonilde Rosa, colunista do Portal Catarinas (Rio de Janeiro-RJ); Ana Luiza Alves, integrante do Coletivo Negro da UFF (Rio de Janeiro-RJ); Érika Costa, Coletivo Rosa Parks (Goiânia-GO); Jéssica Ipólito, organizadora do I Acampamento de

Feminismo Interseccional (Salvador-Bahia); Lucia Gato, Grupo de Mulheres Mãe Andresa, presidente do Conselho da Mulher (São Luís-Maranhão); Viviane Ferreira, organizadora do II Encontro de Negras Jovens Feministas e fundadora da Associação Mulheres de Odun (Brasília-DF) pelas conversas e entrevistas concedidas.

[7] Sueli Carneiro é filósofa e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra (São Paulo-SP). Para mais informações sobre a entrevista, acessar: <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>

[8] Allyne Andrade e Silva é advogada e Supervisora de Educação do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e atuou na organização do I Encontro. Entrevista concedida em 15 de novembro de 2017.

[9] As ações afirmativas começam a ser implantadas na educação superior brasileira a partir de 2002 em algumas universidades estaduais e de 2004 nas instituições federais.

[10] Texto de Latoya Guimarães disponível no Fanzine Negras Jovens Feministas - número 2, novembro de 2009, Salvador, Bahia- Brasil.

[11] Site da associação: <https://comunicaamo.wordpress.com>

[12] Dados organizados e disponibilizados pela Associação Mulheres de Odun. É importante destacar que nem todas as pessoas inscritas responderam a todas as questões do formulário. Por isso, o total de algumas categorias diverge do total geral de inscritos.

[13] Como já anunciado aqui, Sueli Carneiro é filósofa e fundadora da organização Geledés - Instituto da Mulher Negra. Djamila Ribeiro é pesquisadora na área de Filosofia Política e feminista, com forte atuação nas redes sociais.

[14] Jéssica Ipólito é uma das organizadoras do I Acampamento de Feminismo Interseccional. Entrevista realizada em 16 de maio de 2017.

[15] O que pode ser verificado nos principais jornais da imprensa negra como a Coluna Afro-Latino-América (do Jornal Versus 1975-1979), do Jornal Tição ou em Jornais Feministas como Mulherio () Feministas ou ainda na imprensa do Feminismo Negro, como o NZINGA (1985-1989).

[16] Fragmento extraído de <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>

[17] Embora seja notável também o engajamento feminista e antirracista de artistas famosos/as no cenário político e cultural do Brasil. Entretanto, essa não seria propriamente uma novidade, já que tanto o feminismo como o antirracismo contaram em diferentes ciclos com a atuação aberta de atores, atrizes, músicos e algumas

celebridades do mundo das artes.

[18]No livro *O que é lugar de fala?*, a autora faz a defesa desse ponto de vista. Em certa medida, a fala em primeira pessoa como estratégia discursiva recorre a padrões e a estruturas de sentimentos e experiências compartilhadas, como, por exemplo, as situações típicas de discriminação racial e de gênero, ou mesmo a sensação de deslocamento na universidade, esta marcada pela presença majoritária de autores do sexo masculino, brancos, que reproduzem o conhecimento eurocêntrico e heteronormativo, na leitura dessas ativistas. Essas são algumas das muitas vivências compartilhadas, que ditas em primeira pessoa, não resultariam na particularização dos casos, mas sim no compartilhamento de experiências subjetivas potencialmente comuns. De outro modo, mas não em oposição, pode-se interpretar essa escolha argumentativa como rebatimento ao discurso pretensamente universalista e distanciado do mundo acadêmico. O que pode ter levado essas jovens feministas a quererem buscar em suas vivências comuns matrizes narrativas para falar de si como sujeitos de conhecimento, recusando a posição de objeto. O tema da recusa do lugar de objeto tem longa tradição entre intelectuais negros, a exemplo de Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Edson Carneiro, Eduardo de Oliveira e Oliveira e Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, dentre outras.



labrys, études féministes/ estudos feministas  
julho/ 2017- junho 2018 /juillet 2017-juin 2018

<https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>